

A idéia central desse livro é organizar num único volume o material produzido ao longo de mais de uma década de convívio diário com um tema: a história da imprensa no Rio de Janeiro, sobretudo, aquela que foi construída no século XX.

Partindo da premissa de que é possível visualizar o passado de diversas maneiras, escolhemos o olhar que procura os indícios e os sinais que chegam ao presente. Assim, em cada um dos capítulos serão utilizadas espécies de vestígios que indicam como o público se relaciona com os meios de comunicação. Esses vestígios mostram também o papel da imprensa na sociedade e a sua própria conformação histórica ao longo de um século.

Ainda que o tema da história da imprensa venha sendo nos últimos anos objeto de diversas pesquisas, o livro mais significativo existente no Brasil – uma obra extremamente importante e de referência obrigatória a quem se dedica a estudar a imprensa (estamos citando o clássico livro de Nelson Werneck Sodré, “História da Imprensa no Brasil”) – foi escrito há mais de quarenta anos. São necessárias novas interpretações para explicar o movimento da história na sua relação com a imprensa no país.

Além disso, há que se considerar que os estudos desenvolvidos sobre a questão histórica da imprensa no Brasil são, em grande medida, tributários de uma idéia de história linear, orientada e baseada em grandes feitos, singularidades, particularidades dos grandes personagens. A maioria dos estudos realizados adota uma visão que privilegia a ruptura, produzida por fatos marcantes na qual a temporalidade linear e a sucessão de acontecimentos dão o tom da narrativa.

Aprofundando um pouco mais esta constatação, pode-se verificar, a partir da análise da bibliografia sobre história da imprensa no Brasil, a existência de cinco grandes grupos de textos. Um primeiro conjunto – o mais significativo em termos numéricos – se caracteriza por acompanhar o aparecimento e o desaparecimento de periódicos numa

perspectiva essencialmente factual. Nesse caso, se enquadra também o principal trabalho de síntese de história da imprensa no país, o livro de Nelson Werneck Sodré.

O livro de Nelson Werneck é um trabalho de fôlego. Traz informações detalhadas e preciosas da imprensa brasileira de 1808 até os anos 1960. O autor levou cerca de 30 anos para pesquisar e escrever o texto. Mas o livro não é apenas um imenso registro de quase todos os jornais publicados no território nacional e dos seus fundadores. O autor permeia os dados factuais com comentários críticos e análises subjetivas, sobretudo nos capítulos em que trata do jornalismo que lhe era mais contemporâneo e no qual ele estava mais diretamente comprometido.

Nelson Werneck Sodré foi, sem dúvida, um dos mais importantes historiadores do século XX. A “História da Imprensa no Brasil” é apenas um de seus mais de 50 trabalhos publicados, entre os quais se destacam também “Formação Histórica do Brasil”, “História da Burguesia Brasileira”, “História Militar do Brasil” e “História da Literatura Brasileira”. Influenciou gerações com seus livros e idéias. Propunha uma história engajada, partindo do pressuposto que elementos do passado podem lançar luz sobre os problemas contemporâneos. Assim, se, por um lado, somos devedores do trabalho pioneiro desse autor, por outro estamos presos aos limites da sua abordagem, ao não superarmos em termos teóricos e metodológicos a sua perspectiva (Barbosa e Ribeiro, 2005).

Um segundo conjunto de textos sobre história da imprensa concentra-se nas modificações e na estrutura interna dos jornais. Em geral, são trabalhos monográficos, dedicados à pesquisa de um único periódico ou de um pequeno grupo deles. O principal problema desse tipo de abordagem é que, na maioria das vezes, não estabelece conexões entre as características descritas e observadas nos periódicos com as transformações históricas e sociais, centrando a análise nas ações individuais dos atores envolvidos. Quando a história aparece, surge apenas como pano de fundo, como conjuntura na qual os personagens se movimentam, e não como uma dimensão constitutiva dos seres e das suas ações.

Um terceiro grupo aborda os jornais – e os meios de comunicação em geral – como portadores de conteúdos políticos e de ideologias. A maior parte desses trabalhos, no entanto, desconsidera as condições de circulação, de recepção e mesmo de produção desses impressos, não levando em conta os limites específicos da historicidade de cada

tempo. O quarto grupo é composto por pesquisas que abordam o contexto histórico no qual os periódicos vão se inserindo do seu surgimento à sua evolução e desaparecimento. Esses trabalhos, entretanto, desconsideram a dimensão interna dos meios, assim como a lógica própria do campo, como os aspectos técnicos, discursivos e profissionais. Novamente, na maior parte dos casos, a história aparece meramente como pano de fundo, e a correspondência entre o interno e o externo é trabalhada mais descritivamente do que de maneira explicativa.

Há ainda um quinto grupo de estudos que considera a história como um processo e, sobretudo, a imprensa na sua relação com o social. Ao mesmo tempo, visualiza-a como integrante de um processo comunicacional, no qual ganha importância o conteúdo, o produtor da mensagem e a forma como o leitor entende os sinais emitidos pelos impressos. Procura destacar, também, a dimensão histórica de um mundo pleno de significados, no qual se localizam os meios de comunicação. Portanto, a dimensão interna e externa são contempladas nestas abordagens. Essas pesquisas visualizam a história a partir de um espaço social considerado, interpretando os sinais que chegam até o presente a partir das perguntas subjetivas e do olhar, igualmente subjetivo, que se pode lançar ao passado.

Coerente com essa perspectiva, este livro propõe escrever uma história da imprensa, localizada num espaço social específico – no caso o Rio de Janeiro – considerando que, ao realizar esta análise, se faz escolhas, nas quais a subjetividade do pesquisador está presente. Neste sentido, não estamos pretendendo dar conta de todas as multiplicidades de aspectos que envolvem a questão histórica na sua relação com os jornais da cidade, durante cem anos. Sequer vamos nos referir a todos os periódicos. Elegeremos aqueles que consideramos os mais relevantes do ponto de vista desta abordagem.

Se por um lado pensamos a história como *epistème* (conhecimento verdadeiro) que se opõe à *doxa* (simples opinião), é preciso inserir o aspecto ficcional da narrativa histórica. Quando enfatizamos o aspecto ficcional não quer dizer que o passado não tenha se dado: o que está se destacando é a característica de relato de um texto escrito por um narrador do presente, inserido num mundo completamente diverso daquele que está interpretando.

O produto dessa reconstrução será sempre um discurso carregado de significados. Há que se considerar também que cada época está imersa num grau de consciência histórica que foi sendo construído pelos sujeitos que “vivem sua própria história”. Se ao construir um texto que lança um determinado olhar sobre o passado estamos tentando produzir conhecimento ou *epistême*, por outro lado não se pode esquecer que o que se reconstrói são sempre, como diz Heller (1993), os problemas da vida e da consciência cotidianas. O que cada pesquisador faz é tornar explícito o implícito; publicizar o que seria secreto e fornecer uma coerência ao que em princípio poderia ser classificado como incoerente. Tudo isso sem a pretensão de transformar o passado em presente, mas enxergando o passado como vestígio significativo que pode chegar ao mundo de hoje (Heller, 1993).

A tarefa da história não é, pois, recuperar o passado tal como ele se deu, mas interpretá-lo. A partir dos sinais que chegam até o presente, cabe tentar compreender a mensagem produzida no passado dentro de suas próprias teias de significação. São esses vestígios, que aparecem como documentos e como ato memorável (no qual está incluída a memória do próprio narrador / pesquisador), que permitem reconstruir a história da imprensa na cidade do Rio de Janeiro nos últimos cem anos.

O que será decifrado, através da interpretação, está sempre localizado no presente. Vendo nesses sinais a possibilidade de conter uma mensagem e atribuindo um valor a eles no presente, produz-se a interpretação indispensável na ação história. Para contar uma história há que existir vestígios, predisposição para ler e a leitura, isto é, a interpretação crítica. A historiografia implica, pois, em leituras de mensagens sobre algo considerado como ausente no nosso aqui agora, a disponibilidade para visualizar nos indícios a mensagem (método) e sua leitura (a crítica). Para a teoria da história é fundamental o que aconteceu, como aconteceu e, sobretudo, por que aconteceu.

Ao atribuir um valor a cada um desses sinais que irrompem o presente, transforma-se o vestígio memorável numa marca documental. Mas isso não quer dizer que esses sinais significantes cheguem até nós sempre sob a forma escrita.

Os vestígios, que informam sobre uma dada história da imprensa na cidade do Rio de Janeiro, podem estar contidos em cenas de filmes de época; materializados numa imagem turva em meio a um emaranhado de cenas; nas histórias que são repetidas

oralmente. Podem também estar presente em textos sem o valor de documento oficial, dispersos sob a forma de sinais variados: textos ficcionais de escritores consagrados ou não; entrevistas de jornalistas, cartas que despreziosamente escreveram no passado; correspondência que os próprios leitores encaminharam às publicações. Estão nas imagens publicadas ou não, que podem mostrar formas e práticas de leituras, induções de sociabilidades contemporâneas nas fimbrias da relação do público com a mídia. Enfim, estão nas páginas dos jornais, nas suas edições comemorativas, no cotidiano das notícias, nos ecos que o passado produz no presente.

Mas para ler essas mensagens é preciso considerar as múltiplas interpretações de que a história da imprensa no Rio de Janeiro já foi objeto, estabelecendo um diálogo com outros autores que procuraram explicações para a transformação dos meios de comunicação impressos ao longo do século XX. Isso significa levar em conta o que já foi realizado. Não é possível produzir qualquer conhecimento sem considerar as conquistas realizadas anteriormente. O conhecimento não é objeto de disputas e sim de partilhas mútuas.

Pensar a mudança como parte do processo, no qual estão envolvidos particularismos, repetições, restos, que o passado legou ao presente, é fundamental na operação historiográfica. Certamente há muitas maneiras de fazer história e diversas formas de se debruçar sobre o passado.

Pode-se acreditar que os fatos do passado ocorreram daquela forma e que fazer história é trazer o passado de volta para o presente. Ou pode-se acreditar que o passado está irremediavelmente perdido nele mesmo e o que fazemos nada mais é do que produzir interpretações. Preferimos acreditar nesta última premissa.

Paul Ricoeur (2001: 374-375) lembra com propriedade que a história só nos atinge através das modificações que impõe à memória, pois a primeira relação com o passado se dá através dessa abertura fundamental. Sem memória não há passado e a operação que assegura a transição da memória à história é o testemunho. Através do testemunho as coisas vistas se transferem para o plano das coisas ditas.

Construir história da imprensa é, pois, fazer o mesmo movimento da “escrita da história”. É perceber a história como processo complexo, no qual estão engendradas

relações sociais, culturais, falas e não ditos. Compete ao historiador perguntar pelos silêncios e identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política.

Ao produzir uma escrita instaura-se o mundo das coisas contadas. Segundo Harald Weinrich (1973), encontram-se nos tempos verbais os três eixos essenciais da comunicação. Na situação de bução existem dois mundos: o mundo contado e o mundo comentado. Há ainda a perspectiva que produz a defasagem entre o tempo daquilo que ocorreu (o ato) e o tempo do texto. O último eixo essencial da comunicação diz respeito ao relevo que é dado ao texto: é através da narrativa que serão destacados certos contornos, rejeitando-se outros para pano de fundo.

Ao relatar um acontecimento, ao produzir uma interpretação a história também instaura, tal como faz o texto ficcional, o mundo das coisas contadas. E esse mundo é estranho tanto a quem produz a narrativa como a quem ela se destina. A perspectiva de locução marca na narrativa, através do emprego dos tempos verbais, a diferença entre o tempo do ato e o tempo do texto (o tempo contado).

A descrição, por outro lado, faz com que o passado se prolongue. Comentando os fatos ocorridos no passado, vislumbrando a ação humana existente neste passado, prolonga-se o passado no presente.

O texto que será produzido – como qualquer narrativa que recupera um tempo que foi vivenciado por outros sujeitos sociais – instaura o tempo das coisas contadas. E será o narrador que irá selecionar de um conjunto de acidentes uma história completa e una, tecendo uma intriga, se quisermos empregar a expressão de Paul Ricoeur (1994).

Outro aspecto que gostaríamos de enfatizar nesta proposição diz respeito à questão das generalizações. Particularizar é um dos princípios orientadores da teoria da história. Ao proceder uma interpretação, não se pode generalizar as conclusões para todos os contextos, já que cada espaço social possui uma conformidade histórica, uma trajetória particular.

A produção da interpretação está, pois, intimamente relacionada à conformação de um espaço social. Pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços sociais numa cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo (antes e depois). Essa é uma das razões para a delimitação da história que estamos propondo, ou seja, considerando como espaço privilegiado o Rio de Janeiro.

Ao escolhermos com período de análise o século XX, procurando percorrer nuances de cem anos no cenário social da cidade, não estamos desvalorizando os processos ocorridos desde que se implantou a imprensa na cidade, em 1808. Procuramos como aspecto centralizador a questão tecnológica que irrompe o século XX e termina este mesmo século dando o tom das mutações no cenário do jornalismo impresso. Por outro lado, ao escolhermos esses cem anos tomamos como relevância o fato de ter sido nesse período que se deram as mais bruscas transformações no jornalismo diário. Muitos dos valores, premissas, construções imaginárias que ainda hoje freqüentam o mundo do jornalismo foram construídos exatamente ao longo do século XX.

Até a virada do século XIX para o XX, os jornais diários do Rio de Janeiro passaram por múltiplas configurações. Tendo sua implantação sob os auspícios da Coroa Portuguesa – o primeiro jornal impresso na cidade é exatamente a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicado, a partir de 1808, pela Impressão Régia que aqui aportou junto com D. João VI, ao se transferir com a Família Real fugindo da Europa durante o período napoleônico – a imprensa durante a Colônia divide-se entre oficial e “oficiosa”. Esse jornalismo oficioso também reproduz a fala oficial para se beneficiar das cercanias do poder.

Somente com a fundação da *Aurora Fluminense*, por Evaristo da Veiga, e *do Jornal do Comércio*, por Pierre Planchet Seignot, em 1827, é que muda um pouco este cenário, já que esses jornais passam a ter na construção de um discurso de cunho político a base de sua produção editorial. Apesar disso, a imprensa da cidade continua a ser ou oficial ou oficiosa.

Apenas na década de 1870 há uma mudança mais radical, com a ampliação dos debates e das polêmicas em torno da questão republicana e abolicionista. Afinal, é desta década a fundação do Partido Republicano e o início sistemático das discussões em torno dessa idéia no país.

A década de 1880 encontra palco adequado para os grandes debates. A política ganha as ruas, em agitações populares, que conduz também para as vias públicas as questões do momento.

No cenário de uma cidade que vive uma nova cultura política, a imprensa passa a ampliar essas discussões, construindo idéias dominantes num jornalismo de viés exclusivamente opinativo. É nessa conjuntura que se instaura a imprensa abolicionista.

No início, são muitas as adversidades para o desenvolvimento dessa imprensa. Já na primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro, circulam alguns pasquins criticando a escravidão, os preconceitos raciais e o tráfico negreiro, embora tenham alcance limitado e tiragem em torno de 400 ou 500 exemplares. Basicamente, esses pequenos jornais atingem os grupos urbanos insatisfeitos com o governo, em especial durante o período da Regência. Não há ainda um movimento organizado antiescravista.

Antes da década de 1880, os antiescravistas não têm acesso aos jornais de maior prestígio, já que estes adotam posição cautelosa em relação à emancipação, devido principalmente à dependência dos anunciantes, muitos deles senhores de escravos. A crise do escravismo e a ampliação dos grupos sociais urbanos, contrários ao cativo, permitem a ampliação do espaço nos periódicos para as idéias abolicionistas.

Há que se perceber também o papel da imprensa enquanto instituição de controle social, servindo à própria estrutura de poder e agindo como veículo de manutenção da ordem vigente.

Nesse universo, dominando pelo *Jornal do Commercio*, e por outras pequenas publicações, como *O Mosquito*, de Ângelo Agostini, *A Reforma*, *Vida Fluminense*, outras em línguas estrangeiras como o *Courrier du Brésil*, apenas para citar alguns, destacam-se os jornais que se colocam contra a escravidão: a *Gazeta de Notícias*, fundada em 1875, por Ferreira de Araújo; a *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*, ambos criados por José do Patrocínio.

A questão abolicionista, portanto, ocupa com mais intensidade espaço nos jornais de Patrocínio. Ao deixar a *Gazeta de Notícias*, em 1881, funda a *Gazeta da Tarde*, que tem, de fato, posicionamento mais evidente na luta contra a escravidão. Seis anos mais tarde, em 1887, vende sua parte no jornal e cria a *Cidade do Rio*, que será, sem dúvida, o principal jornal abolicionista da cidade.

As notícias editadas por esses jornais contribuem para disseminar idéias antiescravistas entre diversos segmentos da população, seja através de suas leituras, seja

pelas manifestações públicas que promovem. Com isso, atraem também pessoas que não têm acesso às suas matérias, incluindo-se aí os analfabetos.

Conscientes de que estão inseridos num processo histórico de grande repercussão para o futuro do país, os abolicionistas desempenham, através desses jornais, uma luta sem tréguas contra o trabalho compulsório.

Através de manifestações públicas que promovem, ampliando o universo do debate inicialmente veiculado por aquelas páginas, essa imprensa contribui para a formação de uma verdadeira cidade política que emerge na cena urbana do Rio de Janeiro no final dos anos 1880. O tema da abolição não é exclusividade dos líderes do movimento: discute-se o cativo nas ruas, toma-se posição contra ou a favor, participa-se (Fernandes, 1991).

Todo esse universo do século XIX – igualmente importante do ponto de vista da história da imprensa – está ausente desse livro por uma questão de escolha. O nosso foco recai sobre a imprensa da cidade do Rio de Janeiro no século XX. Mas, evidentemente, muitos dos aspectos relativos à imprensa do século XX, que abordaremos nos capítulos que se seguem, dialogam de forma implícita ou explícita com o cenário da imprensa do século XIX<sup>1</sup>.

Dividimos esse percurso em nove capítulos: cada um enfocando uma década. O primeiro analisa as tecnologias que entram em cena e mudam o cotidiano da cidade na alvorada do século. As transformações dos jornais diários numa cidade também em mudança dão a senha para o ingresso em um mundo marcado por mutações de natureza tecnológica.

O segundo capítulo trata das tragédias e sensações que invadem a cidade nos anos 1920. Essas notícias sensacionais, como se qualifica na época, estão sobretudo em dois jornais que dedicam todo o seu conteúdo a essas narrativas que mesclam a temática do dia-a-dia dos leitores com uma estética melodramática: *A Manhã* e *Crítica*. São esses dois jornais, focalizados pelos farrapos de lembranças, que também emergem das crônicas de Nelson Rodrigues, que são analisados, como uma espécie de síntese desse universo que tanto sucesso faz junto aos leitores da cidade.

---

<sup>1</sup> Para melhor compreensão da imprensa do século XIX, cf. os estudos de Marcos Morel, Lúcia Maria Paschoal Guimarães e Humberto Machado, entre outros. Para referências completas cf. Bibliografia.

As memórias dos jornalistas servem de pano de fundo para introduzir a discussão da formação dos primeiros conglomerados de imprensa nos anos 1920. O período que antecede a era Vargas é também marcado pelo sucesso do vespertino *A Noite* e pela construção de um passado mítico que revela algumas das caracterizações da identidade jornalística, cujos resquícios podem ser encontrados ainda hoje nos discursos dos homens de imprensa.

A questão do Estado é o foco da análise do capítulo IV, que trata das relações ambíguas da imprensa com a sociedade política no período do Estado Novo. A construção do público como massa, sobretudo a partir do pensamento conservador brasileiro, é particularizada neste capítulo, assim como as agências e agentes do Estado, fundamentais para o projeto dos anos 1930/1940. A questão da censura à imprensa e dos aparelhos repressores do período – sobretudo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – complementam a análise.

Terminando a primeira parte do livro, a literatura surge como vestígio do tempo. Os cinquenta primeiros anos do século XX aparecem nas descrições literárias de diversos autores que deixaram – sob a forma de vestígio – nos seus romances, contos e crônicas informações preciosas sobre as relações da imprensa com o público e do público com os meios de comunicação na cidade do Rio de Janeiro. Da pena dos literatos, surgem as redações, a emissora rádio ficcional que existia na Casa de Detenção, durante o Estado Novo, a partilha dos jornais nos bancos das praças do Rio de Janeiro, entre dezenas de outras descrições que revelam aspectos de uma imprensa que existe também como figuração literária.

A segunda parte começa enfocando os anos 1950, período que passa à história do jornalismo carioca como sendo o de sua maior modernização. Através dos depoimentos dos jornalistas, que participam desse processo, mostramos que esta modernização é uma construção discursiva dos homens de imprensa numa luta permanente pelo direito de significar. Em lutas por representação.

Os filmes em preto e branco nacionais, produzidos pelos estúdios Atlântida, dão a senha para a entrada de um novo personagem na cena midiática nos anos 1960: a televisão. Essa é a forma como introduzimos a discussão do cenário da imprensa durante

a ditadura militar. Também faz parte da análise uma discussão sobre a censura no período autoritário inaugurado com o Golpe de 1964.

Os dois últimos capítulos colocam em destaque múltiplos cenários nos trinta anos finais do século XX. Se na década de 1970, os atores são a crise da imprensa e o processo de concentração – que leva ao desaparecimento de inúmeros periódicos e a supremacia de *O Globo* e do jornalismo popular de *O Dia* –, nos anos 1980 novos cenários introduzem um verdadeiro calidoscópio de mudanças que marcam as transformações da imprensa.

Escolhemos três cenários para finalizar este livro: o jornalismo econômico, o jornalismo investigativo e as configurações narrativas do jornal *O Globo* nos anos 2000. Esses temas foram pesquisados por alunos que produzem, ao falar de questões contemporâneas, vestígios de uma dada história da imprensa. Ao escolhê-los prestamos também uma homenagem a todos aqueles que se dedicam ao estudo dessa história – mesmo que seja a do tempo presente –, mostrando que o conhecimento só é válido quando carrega em si mesmo a idéia de tributo. Tributo aos que estudaram no passado, percorrendo um caminho que continuamos trilhando, e tributo ao futuro, aos jovens que certamente continuarão caminhos que deixamos inconclusos.